

RAIO X DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

ESTUDO DA FGV/DAPP FAZ UM BALANÇO DOS QUATRO ANOS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

há 2 meses

Há quatro anos em vigor, a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) abriu uma via à maior participação social e à transparência de entes públicos, evidenciada pelo crescimento do número de cidadãos que utilizam o direito de acesso aos dados. De acordo com um levantamento realizado pela FGV/DAPP, cerca de 193 mil pessoas utilizaram o instrumento desde maio de 2012 para efetuar mais de 355 mil pedidos, dos quais mais de 70% tiveram acesso à informação concedido.

O estudo “Raio X da Transparência Passiva” analisou dados divulgados pela Controladoria Geral da União (CGU) sobre os acessos ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (**e-SIC**). Leia mais resultados no infográfico abaixo.

RAIO X DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

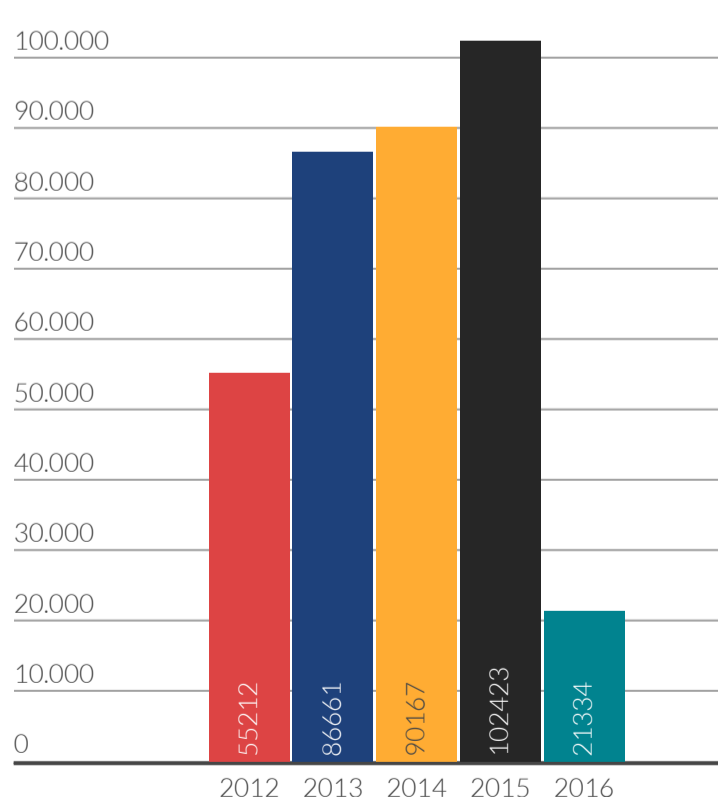
A **Lei de Acesso a Informação**, que torna regra a liberação de quaisquer informações produzidas ou custodiadas por órgãos e entidades da administração pública, completa, no dia **16 de maio**, 4 anos em vigor.

A partir de dados divulgados pela **Controladoria Geral da União (CGU)** sobre os acessos ao **e-SIC** (plataforma de encaminhamento de pedidos de informação), este infográfico apresenta como os brasileiros tem utilizado o **direito à transparência** desde maio de 2012 até março de 2016.

355.797
Pedidos registrados em todo o período

192.897
Pessoas que utilizaram o sistema para pedir informação em todo o período

Evolução do número de pedidos por ano

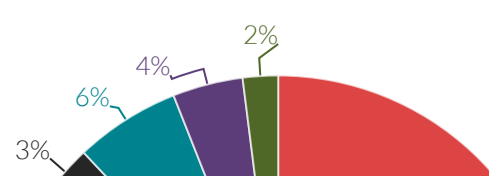


Cada vez mais os cidadãos têm utilizado o direito ao acesso à Informação.

Como mostra o gráfico ao lado, em 2015, o número de pedidos foi quase o dobro do registrado no primeiro ano.

Tipo de Respostas

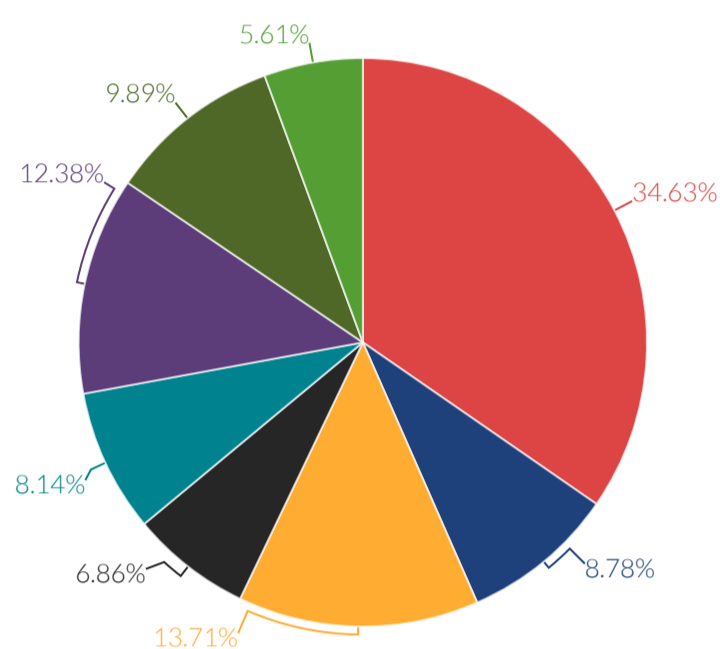
Foram registradas 300.262 respostas a pedidos no período.



A proporção de pedidos cujo acesso não foi concedido (seja pelo fato de a informação não existir, não ser de competência do órgão ao qual foi encaminhado o pedido, ou por negativa ao acesso pelas razões previstas na Lei) **soma 16%.**



Motivos alegados para negar acesso

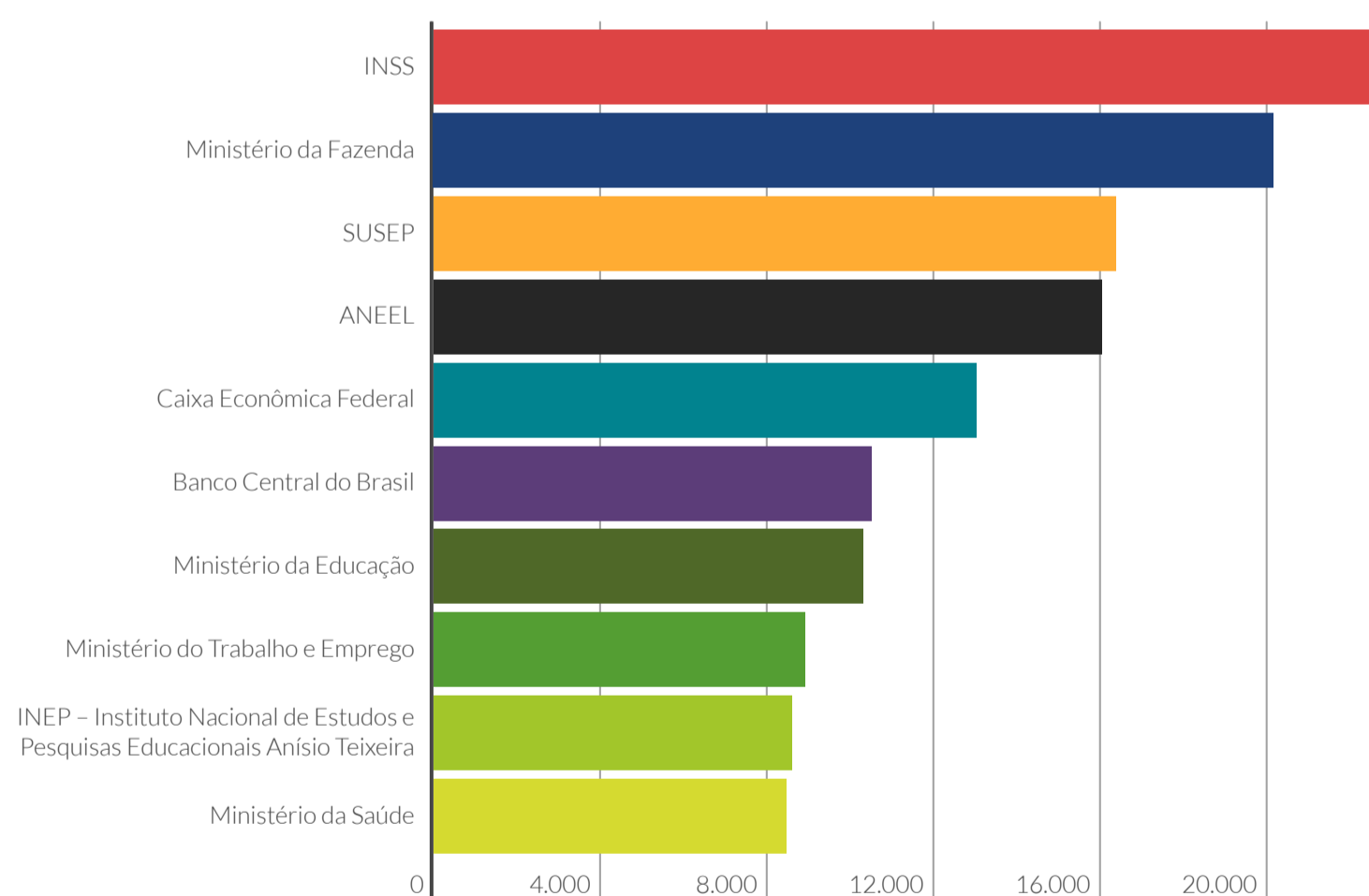


Com a Lei de Acesso, a publicidade passou a ser a regra e o sigilo a exceção. Assim, o órgão pode negar o acesso apenas nos casos previstos na própria lei.

A principal razão é a natureza da informação requerida conter dados pessoais de alguém.

Cerca de 22% das vezes, o motivo é a informação ser listada como sigilosa.

Número de Pedidos por Órgão



Temas mais demandados

\$
19,9%
Economia e Finanças

🚚
5,2%
Transportes e trânsito

💻
14,1%
Educação

👜
5,2%
Trabalho

🏛️
13,6%
Governos e Política

👨⚕️
4,9%
Saúde



10,7%

Ciência, Informação e Comunicação



3,0%

Agricultura, extrativismo e pesca



10,3%

Pessoa, família e sociedade

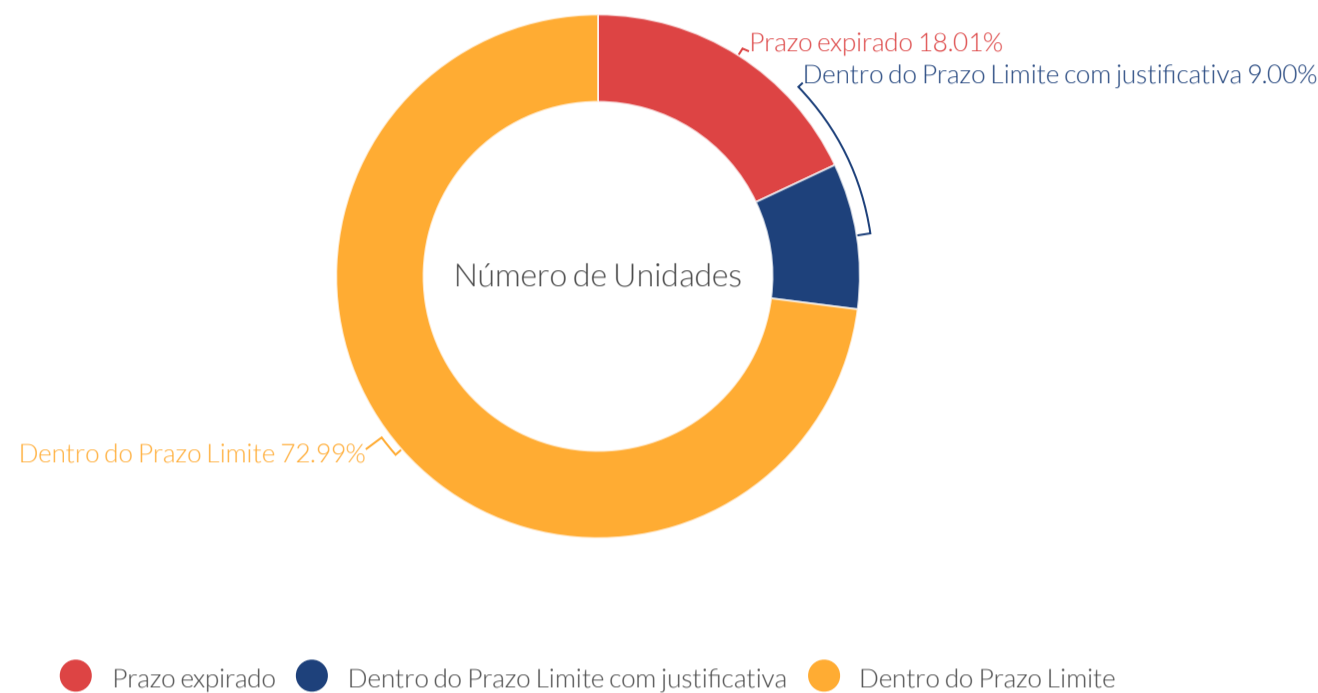


2,8%

Defesa e Segurança

Prazos e Tempo de Resposta

O órgão tem 20 dias para responder à solicitação, podendo estender por mais 10 dias mediante a justificativa. Como mostra o gráfico, a maior parte dos pedidos são respondidos dentro do prazo.



O tempo médio de resposta nesse período de 4 anos, considerando todos os órgãos é de **14 dias**, mas as médias de tempo variam muito dependendo do órgão.

Os números abaixo indicam as melhores e as piores performances.

Unidades com menor tempo de Resposta

Unidades com maior tempo de Resposta



0,93 dias

SUSEP (16 379 pedidos)



279,4 dias

CERON Centrais Elétricas de Rondônia (69 pedidos)



2,42 dias

Hospital Universitário da Grande Dourados (36 pedidos)



313,8 dias

CEPISA – Companhia Energética do Piauí (80 pedidos)



2,51 dias

Laboratório Nacional de Astrofísica (37 pedidos)



329 dias

CEAL – Companhia Energética de Alagoas (114 pedidos)



2,75 dias

Banco Central do Brasil (10 507 pedidos)



345,3 dias

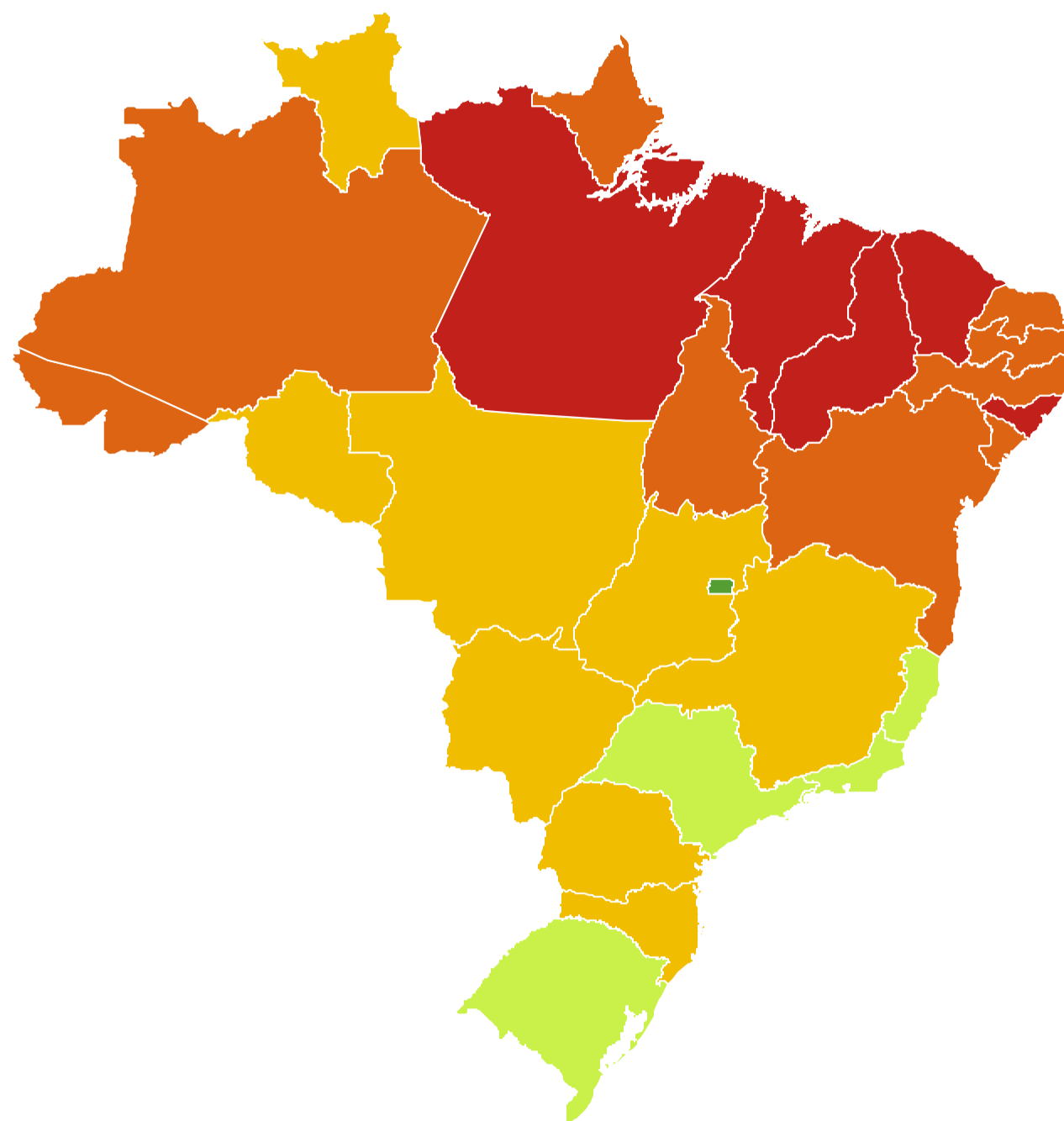
UFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí (336 pedidos)

Pedidos por Estado per capita

O mapa abaixo mostra o quanto os cidadãos de cada estado do Brasil utilizam o sistema de acesso a informação.

O mapa de calor indica qual a faixa de pedidos realizados a cada 100 mil habitantes.

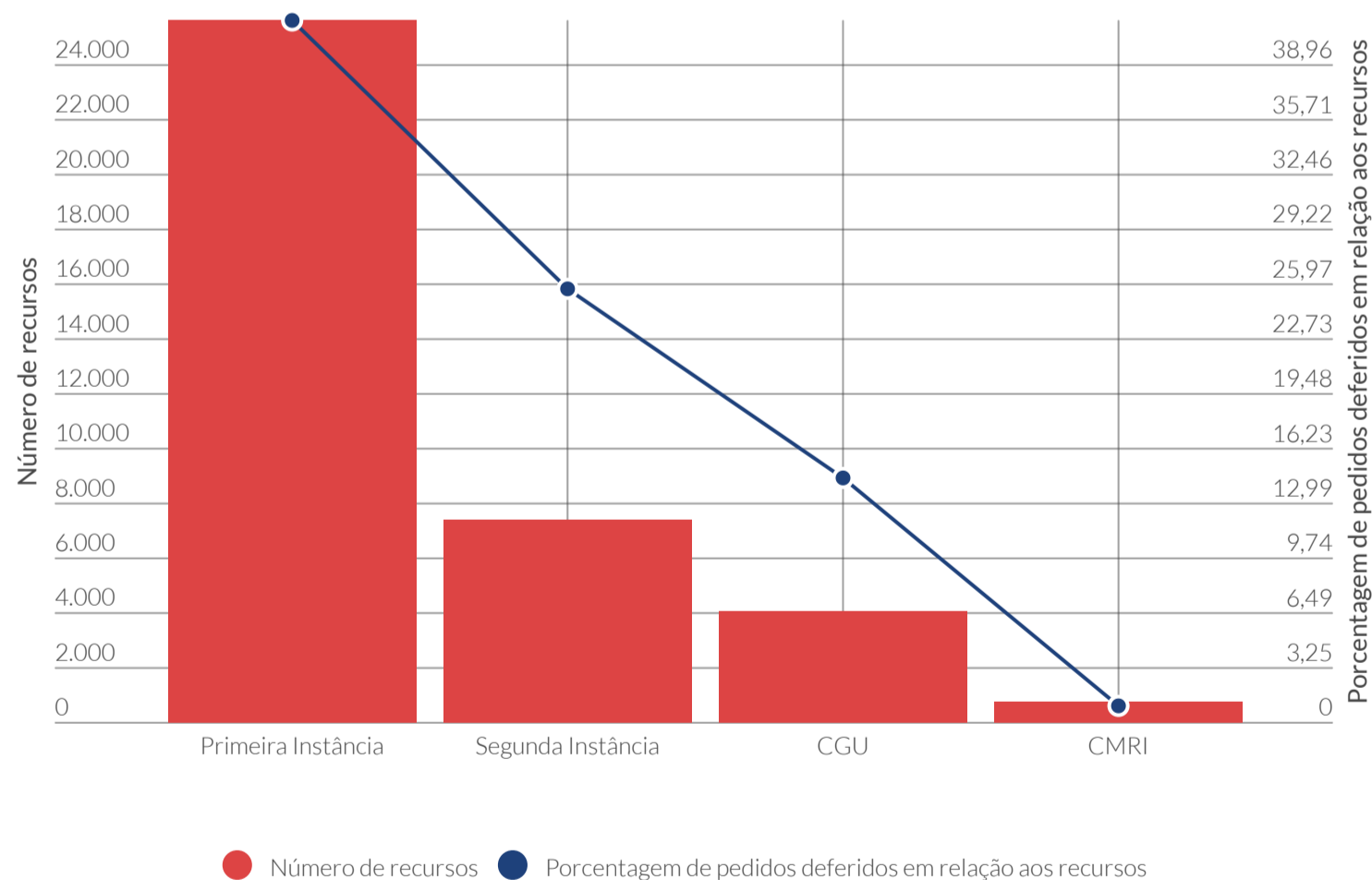
O número de pedidos de cidadãos de Brasília em relação ao tamanho da população do distrito federal é muito superior que nas demais unidades federativas. Além disso, nota-se uma concentração dos pedidos no sudeste do país e no Rio Grande do Sul.



Recursos

Caso não concorde com o tipo de resposta obtida, o cidadão pode entrar com um recurso utilizando a mesma plataforma. É possível recorrer em primeira e segunda instância e, depois, à própria Controladoria Geral da União tem o poder de rever a resposta dada. Como último nível, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) pode rever a posição.

O gráfico abaixo mostra o número de pedidos que vão a cada instância. A linha azul mostra a porcentagem de recursos com parecer favorável em relação ao total de recursos que chega em cada uma das instâncias.



Unidades com maior proporção Recursos/Pedidos

Esta proporção pode ser compreendida como uma medida relativa de satisfação dos cidadãos com as respostas dos órgãos já que o encaminhamento de recursos ocorre apenas caso a informação solicitada não tenha sido ideal.

★
27,9 %

IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso

★
0,62 %

IF FLUMINENSE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

★
26,7%

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

★
0,81%

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

★
22,6 %

CEFET-RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

★
1,69 %

ELETRACRE - Companhia de Eletricidade do Acre

★
21,8 %

MRE - Ministério das Relações Exteriores

★
1,7 %

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

★
21,6 %

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

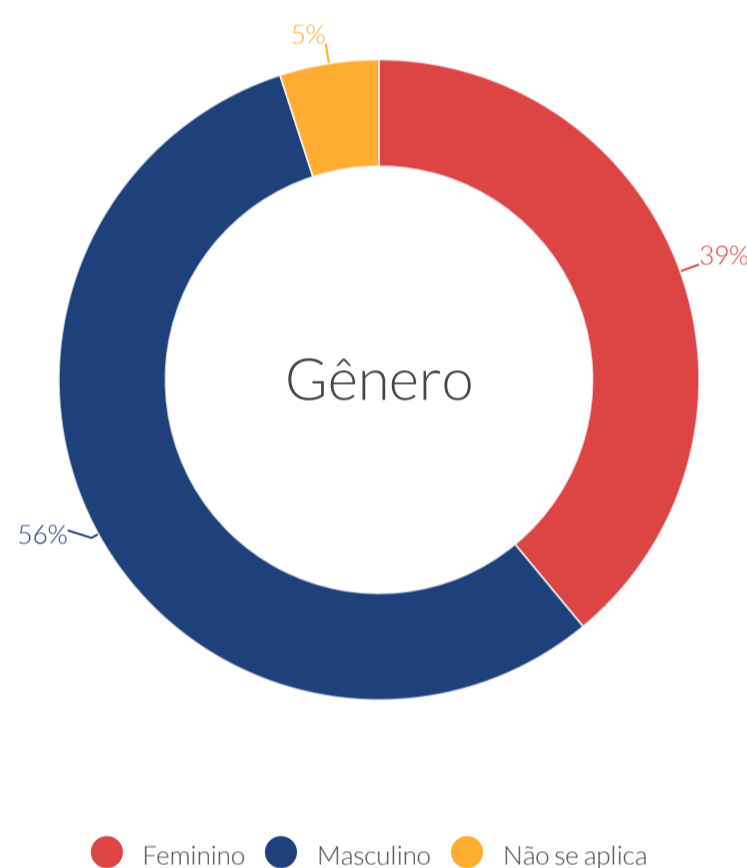
★
1,78 %

EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A.

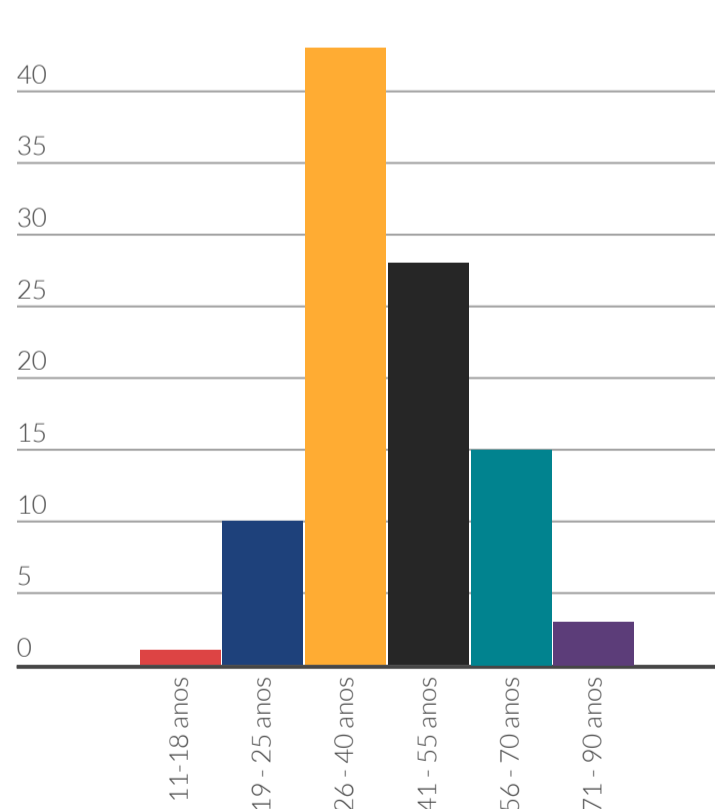
Perfil dos Solicitantes

Como indicam os gráficos abaixo, o cidadão solicitante mais comum seria

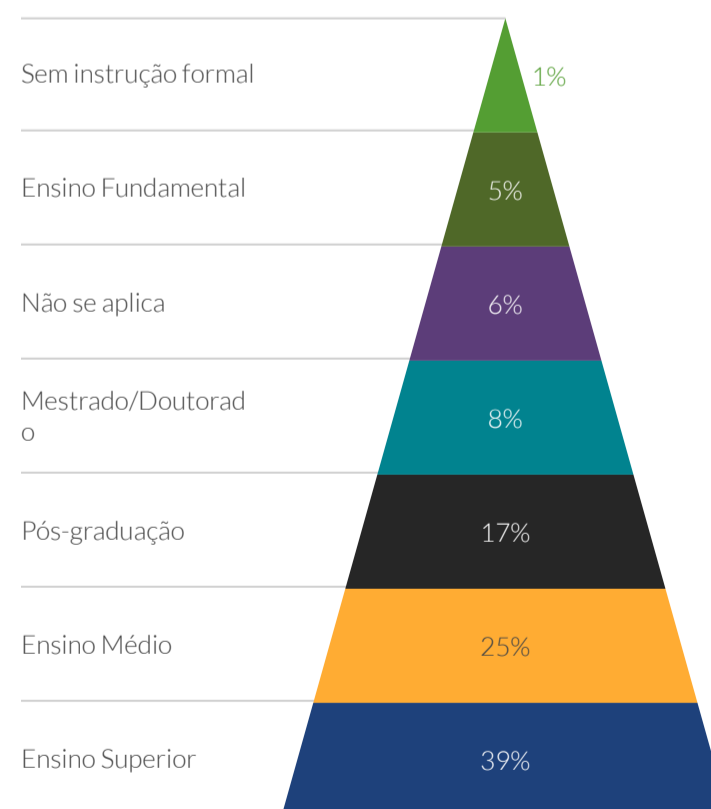
- gênero masculino
- com idade entre 26 e 40 anos
- com diploma de ensino superior e
- empregado no setor privado.



Idade



Educação Formal



Ocupação

★
17,1 %
Empregado do setor privado

★
5,8 %
Professor

★
11,3 %
Estudante

★
5,5 %
Empresário/Empreendedor



★
5,1 %
Outro

11,1%
Servidor Público Federal



7,8%
Profissional Liberal e Autônomo



5,8%
Servidor público estadual

3,1%
Servidor Público Municipal



2,3%
Pesquisador



1,6%
Jornalista



Fontes

Projeção da população (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm>.

Acesso em fevereiro de 2016.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informação (Controladoria Geral da União)

<<http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/DownloadDados.aspx>>

Acesso em março de 2016.

Expediente

FGV/DAPP

Diretoria de Análise de Políticas Públicas | Fundação Getúlio Vargas

DIRETOR

Marco Aurélio Ruediger

EQUIPE DE EXECUÇÃO

Coordenação

Marco Aurélio Ruediger

Pesquisadores

Andressa Falconiery

Rachel Bastos

Wagner Oliveira



Veja mais sobre: Lei de Acesso à Informação, participação social, transparência

COMPARTILHE



notícias relacionadas

ASSINE NOSSA NEWSLETTER E FIQUE POR DENTRO DAS NOTÍCIAS.

CADASTRE SEU E-MAIL

